



PANORAMA MACROECONÓMICO

1º Trimestre de 2019

Índice

▪ Sumário executivo	Pág. 1
▪ 1. Contexto Internacional	Pág. 1
▪ 2. Economia Real	Pág. 2
2.1. Sector Petrolífero	Pág. 3
2.1. Sector não-Petrolífero	Pág. 4
▪ 3. Finanças Públicas	Pág. 5
▪ 4. Inflação	Pág. 6
▪ 5. Indicadores Monetários	Pág. 8
▪ 6. Política Monetária	Pág. 9
▪ 7. Mercado Monetário	Pág. 10
▪ 8. Sector Externo	Pág. 11
▪ 9. Mercado Cambial	Pág. 13
▪ 10. Mercado de Capitais	Pág. 14
▪ 11. Sector Bancário	Pág. 15
▪ 12. Indicadores Sociais	Pág. 16
▪ 13. Ambiente de Negócios	Pág. 17
▪ 14. Outras Economias Africanas	Pág. 18
▪ 15. Anexos	Pág. 19
▪ 16. Outras Publicações	Pág. 23
17. Contactos	Pág. 24



Siglas e Abreviaturas

- ANPG – Agência Nacional de Petróleo e Gás
- BNA – Banco Nacional de Angola
- BP – Balança de Pagamentos
- BT – Bilhetes do Tesouro
- CPM - Comité de Política Monetária
- EUA – Estados Unidos da América
- Fed – Reserva Federal norte-americana
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- ICE – Índice de Clima Económico
- IDE – Investimento Directo Estrangeiro
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPCN – Índice de Preços no Consumidor Nacional
- IPI – Índice de Produção Industrial
- MINFIN - Ministério das Finanças
- MPME - Micro, Pequenas e Médias Empresas.
- OGE – Orçamento Geral do Estado
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OT – Obrigações do Tesouro
- ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
- O/N – Overnight (a 1 dia)
- p.p. – Pontos percentuais
- PDN – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PEM – Programa de Estabilização Macroeconómica
- PIB- Produto Interno Bruto
- RIB's – Reservas Internacionais Brutas
- RIL's – Reservas Internacionais Líquidas
- ROA – Rendibilidade dos Activos
- ROE – Rendibilidade do Capital
- SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
- *UNCTAD* - Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento e Comércio
- WEO – *World Economic Outlook*
- ZLCA- Zona de Livre Comércio em África



Sumário Executivo

- A economia mundial poderá crescer 3,3% em 2019, uma desaceleração face aos 3,6% apurados em 2018, segundo estimativas do FMI.
- O ano de 2019 tem sido marcado pela menor rentabilidade dos bancos comerciais comparativamente a 2018, de acordo com os rácios ROA e ROE agregados do sistema, publicados pelo BNA.
- A taxa de crescimento económico, em termos homólogos, de Angola, referente ao IV^o trimestre de 2018 fixou-se em 2,2%, que representa uma recuperação de 3,8 p.p. em relação ao trimestre anterior. Para 2019, antecipa-se um crescimento de 0,3%, segundo o OGE.
- A contribuição do sector petrolífero no desempenho do PIB referente ao IV^o trimestre de 2018 fixou-se em 31,2%, que representa uma moderação de 4,1 p.p. em relação ao registo do mesmo período de 2017. Por outro lado, a produção industrial registou, em termos homólogos, crescimento de 9,2% no último trimestre de 2018.
- A produção petrolífera do país mantém trajectória decrescente. O OGE Revisto de 2019 perspectiva uma produção petrolífera de 1,434 milhões barris/dia, uma redução de 136 mil barris/dia em relação ao OGE inicial.
- Relativamente ao sector não petrolífero perspectiva-se um desempenho positivo diante do investimento previsto para a promoção do mesmo. A expectativa dos empresários sobre o desempenho dos sectores alternativos ao petrolífero fixou-se em aproximadamente -9,4 pontos, no I^o trimestre de 2019.
- O OGE Revisto de 2019 apresenta um montante global de 10.400,9 mil milhões Kz, que representa uma redução de 8,4% em relação ao OGE inicialmente aprovado.
- O Stock de Dívida Pública deverá atingir 90,5% do PIB no ano corrente, um incremento de 2,4 p.p. face ao período anterior, de acordo com as estimativas do FMI.
- As projecções do Governo para o ano corrente sugerem que até ao final do ano a taxa de inflação registre uma desaceleração de 3,60 p.p. em relação ao ano anterior, ao fixar-se em 15%, que reflecte a manutenção do processo de desaceleração da inflação.
- O efeito cambial continuou a condicionar a evolução da massa monetária, sendo que os depósitos a prazo perdem relevância em comparação aos depósitos à ordem como impulsionadores da massa monetária.
- Durante os primeiros três meses do ano corrente, o Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola cortou a taxa de juro de referência em 0,75 p.p., situando-se em 15,75%.
- No mesmo período, os bancos comerciais transaccionaram cerca de 607,51 mil milhões Kz, que representou uma diminuição de 56% face ao trimestre anterior e 79% em relação ao período homólogo de 2018.
- As transacções com o exterior resultaram na redução do saldo da conta de bens em 52% comparativamente ao período homólogo. O sector petrolífero, excluindo os refinados de petróleo, gás e diamantes, representou mais de 80% do montante arrecadado com as exportações ao longo do I^o trimestre do ano corrente.
- Os primeiros três meses do ano corrente foram marcados por uma ligeira estabilidade no mercado cambial, com o BNA a adoptar um conjunto de medidas, como a realização diária de leilões de preços e o incremento das vendas de divisas para cobertura de cartas de crédito.
- A captação de liquidez pelo Tesouro Nacional mantém-se moderada, como consequência da menor disponibilidade de liquidez na economia.
- O país regista uma taxa de pobreza de 51,2%, sendo que apenas um terço da população tem acesso à energia eléctrica, com um agravamento nas zonas rurais onde apenas 8% da população tem acesso ao serviço.
- O acesso ao crédito continua a ser um dos principais constrangimentos no ambiente de negócios do país. Porém, o índice *Doing Business* referente a 2019 classificou Angola na posição 173.
- As perspectivas de crescimento da África Subsariana para o ano corrente apontam para 3,5%, que representa uma aceleração de 0,5 p.p. face ao desempenho de 2018. Entretanto, o FMI recomenda às economias exportadoras de matérias-primas de baixo rendimento a adoptarem um processo de diversificação que se distancie das *commodities*.



1. Contexto Internacional

- A economia mundial poderá crescer 3,3% em 2019, que representa uma desaceleração face aos 3,6% apurados em 2018, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional.
- O crescimento económico da China atingiu 6,4%, em termos homólogos, no 1º trimestre de 2019, que representa uma redução de 0,4 p.p. face ao período anterior.

O crescimento económico mundial deverá situar-se em 3,3%. As estimativas constam do *World Economic Outlook* de Abril do FMI e representam uma desaceleração de 0,3 p.p. face ao ano anterior. As economias avançadas deverão crescer 1,8%, que compara aos 2,2% de 2018, enquanto as economias emergentes deverão desacelerar pelo segundo ano consecutivo, ao passar de 4,5% para 4,4%. Destaca-se que cerca de 70% das economias avaliadas pelo Fundo poderão crescer menos em 2019, comparativamente a 2018, em consequência dos desafios e incertezas no curto prazo, como a tensão comercial entre os EUA e a China, instabilidade macroeconómica na Argentina e na Turquia, bem como, a normalização da política monetária nas economias desenvolvidas.

As condições de financiamento mantiveram-se acomodáticas, com os principais Bancos Centrais a manterem as taxas de juro de referência. Durante o 1º trimestre de 2019, a Reserva Federal norte-americana apresentou a possibilidade de não realizar incrementos da taxa de juro de referência no ano corrente, em consequência do aumento dos riscos globais. A mesma decisão foi seguida pelo Banco Central Europeu que mantém as suas principais taxas desde 2016.

O mercado de trabalho nos EUA registou desempenho homólogo positivo no 1º trimestre de 2019. A taxa de desemprego atingiu 3,87%, reflexo de uma dinâmica positiva da economia norte-americana e da maior flexibilidade no mercado de trabalho. Destaca-se que, no período em análise, a economia criou cerca de 1.588 mil postos de trabalho. O crescimento da economia em 3,1% (0,9 p.p.) no período em referência, comparativamente ao período homólogo, aliada à desaceleração da taxa de inflação em 0,5 p.p., ao fixar-se em 1,9%, contribuíram para o desempenho do mercado laboral.

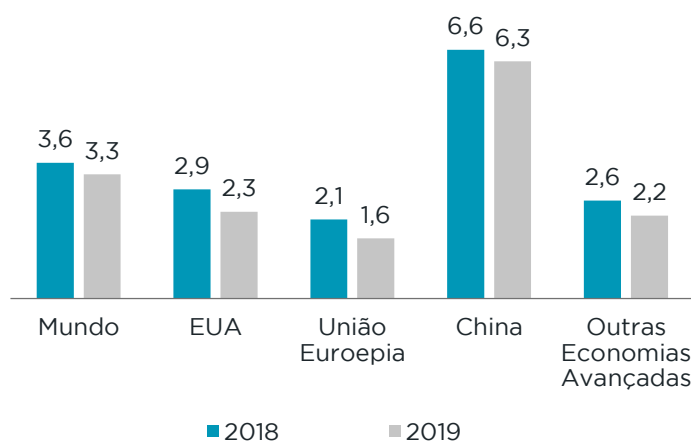
O crescimento da Zona Euro manteve-se moderado nos três primeiros meses do ano. A taxa de crescimento económico homólogo da região situou-se em 1,2% no 1º trimestre, uma desaceleração de 1,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2018, reflexo das incertezas no bloco com a efectivação do *Brexit* e instabilidade gerada pelas manifestações na França. No período em análise, a Alemanha

expandiu depois de registar crescimento moderado no período anterior.

O Reino Unido adiou para 31 de Outubro a efectivação da saída do União Europeia. O parlamento britânico não ratificou o acordo que efectivaria a saída do país da União Europeia há 29 de Março último. As incertezas com o futuro relacionamento entre as duas partes, associada às indefinições nos prazos da manutenção do *backstop* entre a Irlanda e a Irlanda do Norte pesaram no voto dos parlamentares. No período em análise, a taxa de desemprego situou-se em 3,87%, uma redução de 0,36 p.p. face ao período homólogo. Paralelamente, o crescimento da economia passou de 1,2% em 2018 para 1,8%, enquanto a taxa de inflação homóloga desacelerou 0,8 p.p., ao situar-se em 1,9%.

A economia chinesa cresceu 6,4%, em termos homólogos, durante o 1º trimestre de 2019. O desempenho representa uma desaceleração de 0,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2018, tendo o sector primário apresentado uma expansão de 2,7%, e os sectores secundário e terciário a registarem taxas de 6,1% e 7,0%, respectivamente. Entretanto a intensificação da guerra comercial com os EUA tem penalizado as estimativas de crescimento económico do país. Com efeito, o Governo fortaleceu os estímulos fiscais e monetários para conter o impacto negativo das tarifas comerciais, cujas perspectivas melhoraram com a possibilidade de um acordo entre os dois países.

Gráfico 1 - Crescimento económico (%)



Fonte: FMI, 2019



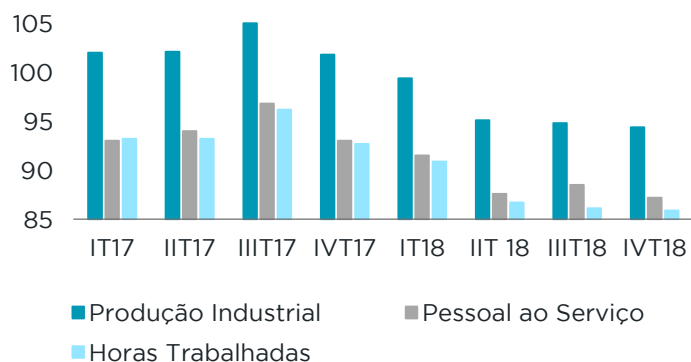
2. Economia Real

- A economia angolana deverá inverter a trajectória recessiva dos últimos 2 anos, contudo com nível de crescimento de apenas 0,3%, após estimativas iniciais de 2,9%.
- Os indicadores que demonstram a perspectiva dos investidores nacionais sobre o desempenho da economia no curto prazo reflectem alguma melhoria.

O crescimento económico referente ao IV^o trimestre de 2018 fixou-se em 2,2% em comparação ao período homólogo, que representa uma recuperação de 3,8 p.p. em relação ao trimestre anterior. O registo do Produto Interno Bruto apresentou recuperação significativa no último trimestre de 2018, que representou a primeira expansão em termos homólogos desde o III^o trimestre de 2017, quando o PIB cresceu 3%. A variação trimestral fixou-se em 2,03% no último trimestre de 2018, uma redução de 7,88 p.p. em relação ao trimestre anterior. No entanto, apesar da melhoria trimestral, o PIB referente a 2018 reduziu 1,7%, que representa o terceiro ano consecutivo de recessão económica.

A produção industrial apresentou sinais de recuperação, apesar de manter a variação negativa em termos homólogos. O Índice de Produção Industrial (IPI) registou redução de 7,3% no último trimestre de 2018, que representa uma melhoria de 2,4 p.p. em relação ao registo do trimestre anterior. No entanto, a variação trimestral reflecte uma redução de 0,4% no último trimestre de 2018, que representa uma melhoria, na comparação com o registo de -1,8% no IV^o trimestre de 2017.

Gráfico 2 - Índice de Produção Industrial (Pontos)



Fonte: INE

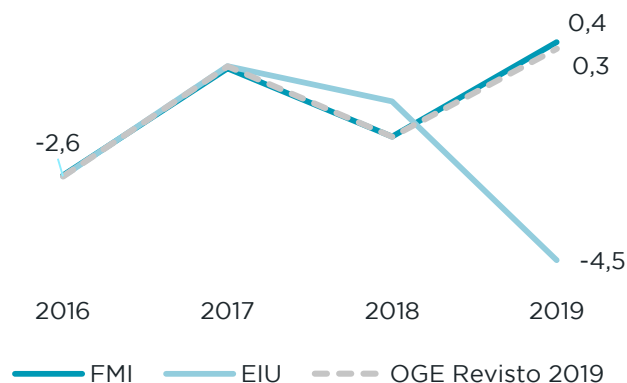
O ano corrente caracteriza-se pela melhoria do Indicador de Clima Económico, que situou-se em -9 pontos no 1^o trimestre de 2019, quando no último trimestre de 2018 fixava-se em -12 pontos. A recuperação trimestral de 3 pontos e homóloga de

5 pontos, reflecte a expectativa dos empresários sobre o desenvolvimento da economia no curto prazo, que apresentou melhoria mas mantém-se em nível desfavorável.

O crédito ao sector privado manteve uma trajectória crescente no 1^o trimestre do ano corrente, ao variar 6,24%. O registo do crédito, que inclui o impacto da desvalorização cambial, representa uma moderação de 2,43 p.p. em relação à variação relativa ao 1^o trimestre de 2018. Por outro lado, o crédito ao sector público reduziu 22,0% no 1^o trimestre de 2019, a segunda redução trimestral consecutiva.

O Orçamento Geral do Estado Revisto perspectiva um crescimento económico de 0,3% em 2019. O desempenho económico estimado representa uma revisão em baixa de 2,5 p.p., em relação ao Orçamento inicial. O crescimento de 2018 também foi revisto em baixa em 0,6 p.p., para -1,7%.

Gráfico 3 - Crescimento Económico (%)



Fonte: OGE Revisto 2019; EIU - Country Forecast (Maio 2019); FMI - WEO (Abril 2019)

A perspectiva do Fundo Monetário Internacional mantém-se alinhada à do Governo, com a estimativa de crescimento em 2019 a fixar-se em 0,4%. A projecção reflecte um incremento de 2,1 p.p. em relação à recessão de 1,7% registada em 2018.

Em sentido inverso, a EIU estima que se registre uma recessão de 4,5% em 2019. A trajectória representa uma intensificação da recessão em 3,6 p.p. em relação ao ano anterior. A instituição perspectiva recuperação económica a partir de 2021.



2.1. Sector Petrolífero

- A entrada em vigor do acordo de corte da produção de crude favoreceu a cotação, entretanto a tensão comercial mundial apresenta-se como um risco significativo.
- A produção no sector petrolífero tem registado moderação, no entanto, o Governo perspectiva que a diversificação económica contribuirá para a diminuição do impacto sobre o crescimento económico.

A contribuição do sector petrolífero no desempenho do PIB referente ao IV^o trimestre de 2018 fixou-se em 31,2%, inferior em 4,1 p.p. em relação ao registo apurado no mesmo período de 2017. A proporção do sector de Extracção e Refino de Petróleo sobre o desempenho do PIB tem registado trajetória decrescente, tendo-se em consideração o registo de 48% do PIB referente ao I^o trimestre de 2010, o que poderá reflectir a relativa tendência para a diversificação da economia. Importa destacar que a actividade de Extracção e Refino de Petróleo diminuiu 9,6% no período em análise, comparativamente ao período homólogo. O desempenho petrolífero representa uma deterioração significativa face a redução de 1,4% no IV^o trimestre de 2017.

A produção industrial referente ao sector petrolífero registou redução homóloga de 9,2% no último trimestre de 2018. O registo poderá reflectir o impacto da maturação dos poços de exploração petrolífera e a redução dos investimentos no sector, que além da redução da rentabilidade dos investimentos no sector diante do declínio da cotação do crude registado a partir do II^o semestre de 2014.

O preço internacional do crude atingiu 68 USD/barril no I^o trimestre de 2019, que representa um incremento de 27% desde que o ano teve início. A entrada em vigor do acordo de corte da produção de crude em Janeiro de 2019, contribuiu para a efectivação da trajetória crescente. Durante o período em análise, a produção de crude pela OPEP atingiu 30,471 milhões barris/dia, que representou uma redução de 1,612 milhões barris/dia ao longo do trimestre, segundo as fontes secundárias.

A produção petrolífera do país mantém trajetória decrescente. O I^o trimestre do ano corrente caracterizou-se pela diminuição da produção em 51 mil barris/dia, fixando-se em 1,445 milhões barris/dia, em consequência da maturação dos poços de exploração petrolífera e redução do investimento no sector devido a perspectiva mais conservadora dos investidores. No entanto, a produção petrolífera nacional poderá atingir um nível inferior a um milhão barris/dia a partir de 2024, caso se mantenha o nível actual de

investimento, de acordo com dados divulgados pela ANPG, na conferência sobre a Sustentabilidade das Reservas Internacionais realizada pelo BNA.

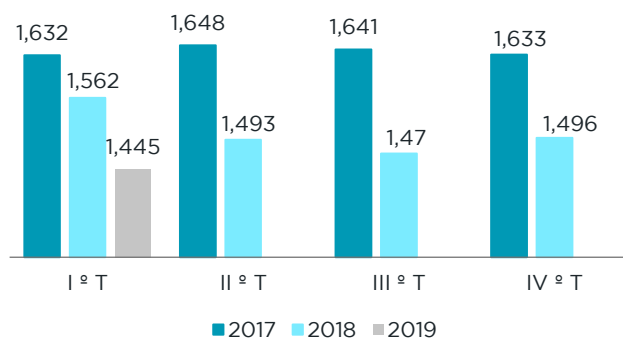
O Orçamento Geral do Estado Revisto para 2019 perspectiva uma produção petrolífera de 1,434 milhões barris/dia, uma diminuição de 136 mil barris/dia em relação ao OGE inicial. O Orçamento foi revisto com alterações significativas na produção petrolífera e na cotação internacional do crude tendo sido reduzida a cotação em 19%, para 55 USD/barril. Em consequência, o crescimento do sector petrolífero foi revisto em baixa para -3,5% no OGE Revisto 2019, que contrasta a variação de 3,1% no Orçamento inicial.

Gráfico 4 - Cotação do Brent (USD/barril)



Fonte: Bloomberg

Gráfico 5 - Produção Petrolífera (milhões barris/dia)



Fonte: OPEP - Segundo fontes secundárias.



2.2. Sector Não-Petrolífero

- O crescimento do sector não petrolífero apresenta perspectivas positivas em consequência do investimento previsto no sector.
- A trajectória crescente do crédito aos diferentes sectores da economia representa um alinhamento às expectativas do Governo.

Os sectores produtivos alternativos ao petrolífero registaram incremento médio, em termos homólogos, de aproximadamente 6% no IV^o trimestre de 2018. O desempenho do sector não petrolífero poderá reflectir uma trajectória de acordo com a expectativa de diversificação da economia. A variação homóloga positiva referente ao IV^o trimestre foi suportada principalmente pela expansão dos sectores de “Intermediação Financeira e de Seguros” (27,8%), “Comércio” (26,5%) e “Electricidade e Água” (17,2%), que representam cerca de 1,34%, 11,87% e 0,9% do PIB, respectivamente. Em contraste, as performances negativas foram registadas nos sectores da “Pesca”(24,6%), “Transportes e armazenagem” (2,3%) e “Agropecuária e silvicultura” (1,0%), com contribuições no PIB de 2,3%, 1,79% e 3,6%, em cada caso.

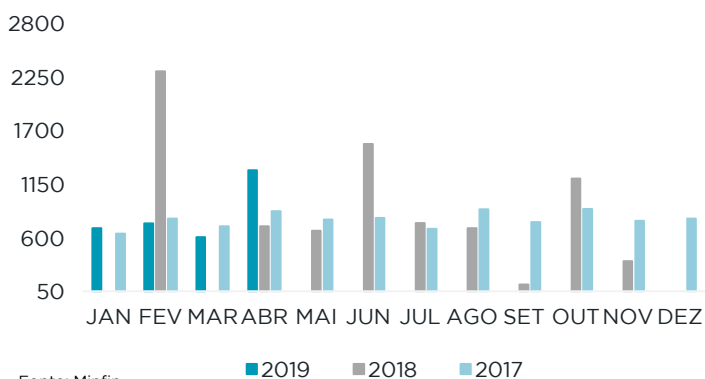
Os sectores industriais excluindo o petrolífero expandiram-se em média em 7% no ano de 2018, que superou o registo de -1% referente a 2017. O registo medido pelo Índice de Produção Industrial inclui a variação em 2018, da “Produção e Distribuição de Electricidade”(+22%), “Captação, Tratamento e Distribuição de Água”(+20%), “Fabricação de Máquinas, Equipamentos, Aparelhos e Automóveis” (8%) e das “Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco” (-1%).

O OGE Revisto para 2019 apresenta uma perspectiva mais conservadora sobre o crescimento do sector não petrolífero. O crescimento do sector não petrolífero poderá fixar-se em 1,6%, que representa uma diminuição de 1 p.p., em relação ao inicialmente previsto no Orçamento, entretanto, em relação ao ano de 2018, o registo representa um incremento de 1,3 p.p.. O desempenho sectorial apresentará como destaques a produção de diamantes, agrícola e das pescas.

A expectativa dos empresários sobre o desempenho dos sectores alternativos ao petrolífero fixou-se em aproximadamente -9,4 pontos, no I^o trimestre de 2019. O desempenho trimestral representa uma melhoria em relação ao registo de -14 pontos referente à média das expectativas no sector não petrolífero. A análise do I^o trimestre de 2019 inclui o ICE dos sectores da Comunicação (+37 pontos), Transportes (-3), Turismo (-19), Comércio (-27) e Construção (-35). No entanto, o indicador mantém uma perspectiva negativa em consequência de restrições na obtenção de crédito e na procura.

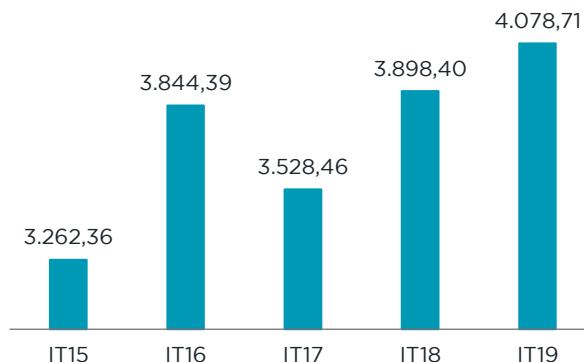
O crédito por sectores de actividade reduziu aproximadamente 2%, no I^o trimestre de 2019. A diminuição do crédito reflecte o cenário de recessão e consequente restrição de liquidez na economia, sendo que, no mesmo período de 2018 verificou-se um incremento em torno de 8%.

Gráfico 6 – Produção de Diamantes (Mil quilates)



Fonte: Minfin

Gráfico 7 – Crédito por sectores da Economia (Milhões Kz)



Fonte: BNA – Estatística Monetária e Financeira.



3. Finanças Públicas

- As estimativas sobre o saldo fiscal apresentam tendência similar à trajectória orçamental positiva no ano corrente.
- O Orçamento Revisto para 2019 estima uma diminuição das despesas de operações fiscais em aproximadamente 14%, comparativamente ao OGE inicial.

O FMI perspectiva que o saldo orçamental registre superavit de 0,1% no ano corrente. A perspectiva da instituição de Bretton Woods representa uma diminuição do superavit orçamental considerando-se o registo de 2,4% referente a 2018. No entanto, a manutenção da estratégia de endividamento, associada à incerteza sobre a captação de receitas fiscais, em consequência da acrescida volatilidade da cotação do crude, influenciaram a perspectiva do Fundo. A estimativa do EIU consiste num registo de superavit de 0,8% em 2019, o segundo consecutivo, considerando o saldo de 0,1% do PIB em 2018. O OGE Revisto 2019 estima um saldo orçamental de 0% em 2019, um incremento de 3,2 p.p., em relação a 2018.

As perspectivas sobre a Dívida Pública apresentam um incremento do indicador para cerca de 90% do PIB. A instituição de Bretton Woods perspectiva que a dívida pública se fixe em aproximadamente 90,5% do PIB em 2019, que representa um incremento de 2,4 p.p. em relação ao ano anterior. No entanto, o EIU intensifica a proporção do endividamento, com a estimativa de 103% do PIB em 2019, quando considera uma dívida de 94,7% para 2018, com a trajectória de redução a ser prevista a partir de 2021, com a possibilidade de fixar-se em 64,1% em 2023. A trajectória de incremento do endividamento inclui o impacto da redução da cotação internacional do crude, associada à redução da produção petrolífera nacional, as incertezas orçamentais relacionadas à empresas públicas, sendo que a componente em moeda estrangeira da dívida tem contribuído para o escalar da mesma, considerando-se a desvalorização do Kwanza.

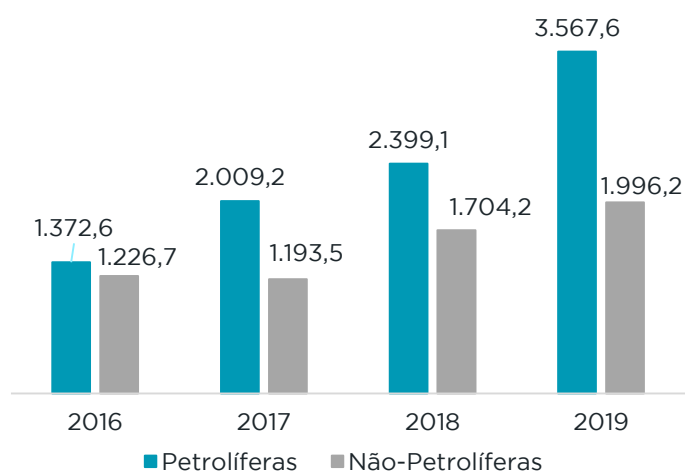
O Orçamento Geral do Estado Revisto para 2019 apresenta um montante global de 10.400,9 mil milhões Kz, uma redução de 8,4% em relação ao Orçamento inicialmente aprovado. A decisão reflecte principalmente a revisão em baixa da perspectiva de cotação do crude e do desempenho da produção petrolífera. Em consequência perspectiva-se uma arrecadação de Receitas Correntes Petrolíferas no valor de 3.567,6 mil milhões Kz, uma revisão em baixa de 33% em relação ao Orçamento inicial, com a contribuição sobre as Receitas Totais a reduzir para 60%, após

ter-se fixado em 72%, em cada caso acima referenciado. No caso das Receitas Correntes Não Petrolíferas evidencia-se um incremento de 16%, para 1.996,2 mil milhões Kz, com a rubrica a representar 33% das Receitas Totais, quando no documento inicial correspondeu a 23%.

O montante das despesas de operações fiscais previsto foi revisto em baixa, em 14%, para 5.980,0 mil milhões Kz. A rubrica constitui-se por Despesas Correntes e a Aquisição de Activos Não Financeiros, com a primeira a representar aproximadamente 81% do total e a segunda o remanescente. As estimativas sobre as receitas influenciaram as despesas, tendo as despesas correntes sido revistas em baixa, em 12%, para 4.956,3 mil milhões Kz, sendo que a Remuneração dos Empregados e os Juros, exercem as maiores contribuições sobre as Despesas Correntes de aproximadamente 36% e 32%, respectivamente. No entanto, estas rubricas registaram ligeiras reduções de 0,02%, para 1.792 mil milhões Kz, no caso da Remuneração, e 1,7%, para 1.599,2 mil milhões Kz, nos Juros.

As Receitas Fiscais diamantíferas registaram aumento homólogo de 105% no 1º trimestre de 2019. O montante situou-se em 7.344,7 milhões Kz no período referenciado, sendo que as petrolíferas registaram incremento de 36%, para 950.141,57 milhões Kz, no mesmo período.

Gráfico 8 - Receitas Fiscais (Mil Milhões Kz)



Fonte: OGE Revisto 2019



4. Inflação

- A taxa de inflação homóloga encerrou o ano de 2018 em 18,60%, tendo continuado a desacelerar durante o primeiro trimestre de 2019.
- As projecções do Governo para o ano corrente sugerem que até ao final do ano corrente a taxa de inflação registre uma desaceleração de 3,60 p.p. em relação ao ano anterior, ao fixar-se em 15%, que reflecte a manutenção do processo de desaceleração da inflação.

O nível geral de preços do consumidor apresentou um crescimento médio mensal abaixo dos 2%. A variação média, com base na cidade capital, Luanda, situou-se em 1,11% no primeiro trimestre do ano corrente, uma redução de 0,31 p.p. quando comparado ao último trimestre de 2018. Durante o período em análise a inflação acumulada fixou-se em 3,37%, uma ligeira redução de 0,58 p.p. face ao mês de Março de 2018.

A tendência decrescente continuou a caracterizar o desempenho da taxa de inflação homóloga. Em Março, a inflação homóloga de Luanda atingiu 17,55%, que representa uma desaceleração de 0,66 p.p. em relação ao período anterior. Importa ressaltar que as estimativas sugerem a manutenção da tendência ao longo dos próximos anos, com o Governo a prever uma taxa de inflação de 15% no final do ano corrente.

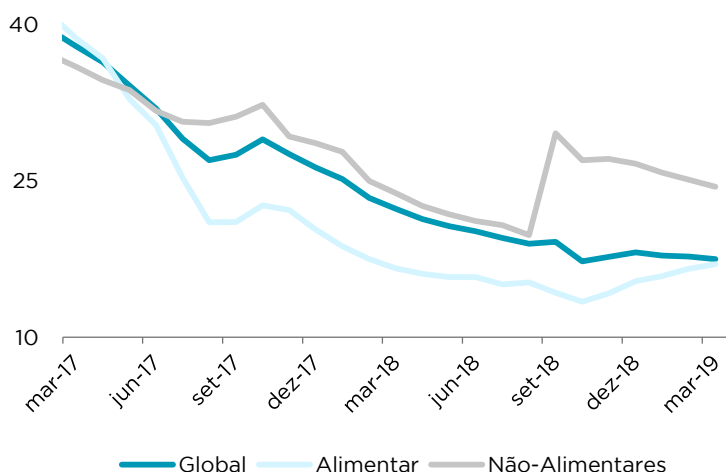
Os bens não alimentares e não transaccionáveis apresentaram variações relevantes no 1º trimestre. Em termos homólogos, o incremento médio apurado nos bens não alimentares situou-se em 25,09%, superior em 8,62 p.p. face a variação dos preços dos bens alimentares. Paralelamente, a diferença entre a variação dos bens

transaccionáveis e não transaccionáveis atingiu 10,84 p.p., tendo o primeiro se situado em 17,52% e o segundo em 28,36%.

O constrangimento na distribuição dos bens poderá ser a principal justificativa para assimetria na inflação nas diversas províncias. Ao longo dos primeiros três meses do ano a província do Uíge registou o maior incremento dos preços entre todas as províncias, com a taxa de inflação média a situar-se em 1,52%. Contrariamente, a menor variação verificou-se na província do Bié, com um incremento médio de 0,96%. Destaca-se que a inflação nacional situou-se em 1,09% em termos de variação mensal e 17,56% em termos homólogos, durante o mês de Março. Por outro lado, no mesmo período a taxa de inflação mensal nacional situou-se abaixo da taxa de inflação de Luanda, após um período considerável de tendência inversa.

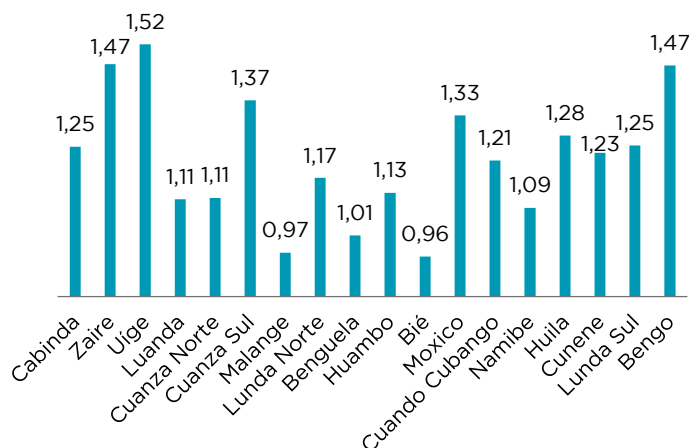
A inflação acumulada durante o 1º trimestre do ano corrente fixou-se em 3,32%. O nível representa uma desaceleração de 0,91 p.p., quando comparado com o mesmo período de 2018, tal como o menor nível registado no primeiros três meses, desde o ano de 2015.

Gráfico 9 - Taxa de inflação homóloga (%)



Fonte: INE

Gráfico 10 - Taxa de inflação mensal



Fonte: INE, Março de 2019



A variação dos Índices de Preços Grossistas dos produtos nacionais tem superado a evolução dos produtos importados, o que poderá reflectir os constrangimentos na produção nacional, como as dificuldades financeiras, as rupturas de stocks, entre outros.

A dependência do país das importações continua a suportar a maior contribuição destes produtos para o desempenho da inflação global.

A desaceleração da taxa de inflação permitirá o alcance do objectivo primário do BNA. O quadro operacional para a política monetária do BNA estabelece como objectivo primário, a garantia da estabilidade de preços, que é definida como uma meta de inflação de médio e longo prazo inferior a um dígito.

A variação homóloga do Índice de Preços Grossista acelerou durante o 1º trimestre de 2019. A inflação passou de 16,86% no último trimestre de 2018 para 17,13% no 1º trimestre de 2019, o nível mais elevado desde Setembro de 2017.

A variação mensal apresentou tendência semelhante. A variação mensal revelou uma aceleração de 0,05 p.p., para 1,35%, durante o período acima referenciado. O desempenho poderá reflectir a maior variabilidade dos preços dos produtos nacionais, que ao longo dos primeiros três meses do ano corrente registaram um crescimento médio de 1,46%, superior em 0,16 p.p. quando comparado à evolução média

dos preços dos produtos importados. As dificuldades financeiras, rupturas de *stocks*, debilidades na rede de escoamento, poderão ser alguns dos constrangimentos que influenciaram a produção nacional.

A contribuição dos preços dos produtos importados na inflação global supera 75%. A dependência do país de importações continua a suportar a maior contribuição destes produtos para o desempenho da inflação global, sendo que no 1º trimestre a contribuição média atingiu 77%. Os produtos da indústria transformadora, como o Leite em pó, Cerveja, Carne de porco, Frango congelado e Gasosa, destacam-se com os maiores contributos. O desempenho ressalta a necessidade de aposta no sector da indústria transformadora que, durante o 1º trimestre de 2019, apresentou como principais factores de limitação da actividade destacam-se as dificuldades financeiras, burocracia, limitações no abastecimento de energia e água, tal como as frequentes avarias mecânicas nos equipamentos.

A manutenção da trajectória da inflação

O processo de desaceleração da taxa de inflação poderá continuar ao longo do ano de 2019, com as projecções de Governo a apontarem para uma inflação de 15% no final do ano. Destaca-se que, o nível estimado representa uma desaceleração de 3,6 p.p. face ao ano de 2018.

O crescimento médio mensal apurado durante o ano de 2018 situou-se em 1,4%, abaixo dos 1,7% registados em 2017. A redução do ritmo de crescimento poderá ser justificado pela intervenção do BNA no mercado cambial com o intuito de controlar a depreciação da moeda e a contenção das pressões inflacionárias.

A aposta na produção nacional poderá afigurar-se como essencial para o controlo da inflação. O Governo tem aprovado um conjunto de medidas que poderão contribuir para o processo de desaceleração da taxa de inflação da economia durante o ano corrente. Entre os diversos projectos, destacam-se: o Programa de Apoio ao Crédito (PAC), que tem em vista o apoio para acesso ao crédito das micro, pequenas e médias empresas, cujos projectos de investimentos se inserem no desenvolvimento das cadeias produtivas de 62 bens e serviços definidos no PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações.

A definição de um conjunto de bens e serviços de acordo com a capacidade produtiva do país permitirá a aceleração do processo de diversificação da economia, tal como o aumento da qualidade e quantidade da oferta, com possíveis impactos sobre a redução do preço e conseqüente desaceleração da inflação.

As instituições internacionais, como o caso do Fundo Monetário Internacional, apesar de uma visão menos optimista em relação ao Governo, também estimam um processo de desaceleração dos níveis gerais de preço durante o ano corrente. Segundo o FMI a taxa de inflação passará de 19,6% em 2018 para 17,5% no ano seguinte.

Para o sucesso da desaceleração da inflação, questões como a melhoria das vias de acesso, descentralização, qualidade das instituições deverão merecer uma especial atenção, com a criação de mecanismos que os impulsionem.

Apesar das perspectivas positivas, da tendência da inflação, o país ainda apresenta alguns desafios pela frente. Durante o período em análise, a taxa de inflação de Angola deverá apresentar-se como a quarta maior taxa, a nível da África Subsariana, sendo que o maior nível poderá ser verificado pelo Zimbabué, cerca de 40,12%.



5. Indicadores Monetários

- O efeito cambial continuou a condicionar a evolução da massa monetária, sendo que os depósitos a prazo perdem relevância em comparação aos depósitos à ordem como impulsionador da massa monetária.
- A base monetária em moeda nacional, referência para as decisões de política monetária do Comité de Política Monetária do BNA, contraiu ao longo do 1º trimestre, em termos homólogos.

Os depósitos a prazo perdem relevância entre as principais classes que compõem a massa monetária. O agregado monetário M2 cresceu cerca de 14% até ao final do 1º trimestre do corrente ano, comparativamente ao mesmo período de 2018. Para este crescimento, considerando as principais classes que constituem o indicador (“notas e moedas em poder do público”, “depósitos à ordem” e “depósitos a prazo”), os depósitos a prazo contribuíram em aproximadamente 9 p.p., ou seja, foi responsável por cerca de 60% da variação, tendo os depósitos à ordem sido responsáveis pelos restantes, com as notas e moeda em poder do público com um contributo muito perto de zero.

Em Janeiro de 2018, os depósitos a prazo justificavam 94% do crescimento do M2 e os restantes 6%, os depósitos à ordem. A tendência revela uma mudança na preferência dos agentes económicos, que, possivelmente, podem estar a considerar menos atrativas esta forma de aplicação da sua liquidez ou apenas maior necessidade de liquidez imediata para fazer face às suas despesas.

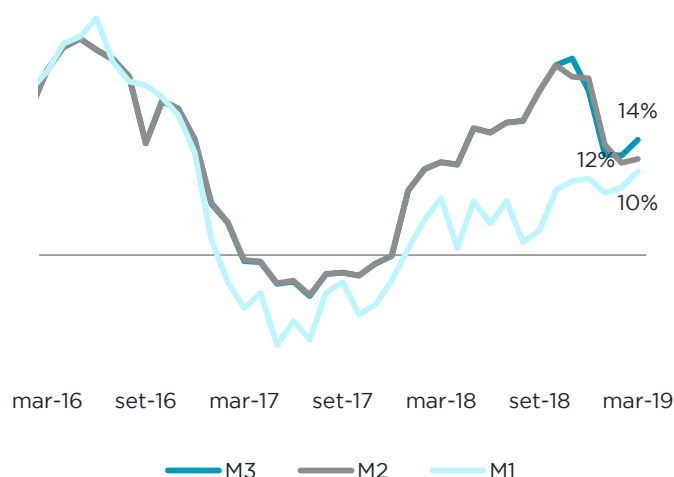
A base monetária em moeda nacional, referência para as decisões de política monetária do Comité de Política Monetária do BNA, contraiu ao longo do 1º trimestre, em termos homólogos. A base monetária em moeda nacional contraiu em Março, em cerca de 6%, que representou a quarta contracção consecutiva, tendo registado a maior contracção no último mês de 2018, quando contraiu 11%.

A base monetária manteve a tendência ao longo do primeiro trimestre, expandindo-se desde Dezembro de 2017. A base monetária atingiu cerca de 1.715,14 mil milhões Kz em Março de 2019, que corresponde a um incremento de 5% face a Março do período homólogo. Desde Dezembro de 2017 que a base monetária se expande, devido, sobretudo, ao efeito cambial gerado pela mudança de regime de taxa de câmbio e o crescimento das reservas bancárias gerado após a cessação da possibilidade de constituição de parte das reservas bancárias em Títulos do Tesouro.

O efeito cambial gerado pela mudança de regime cambial em 2018 também condicionou a evolução da massa monetária. A massa monetária, medida pelo agregado monetário M2, cresce desde que se alterou o regime de taxa de câmbio, que marcou o fim de 2017 e início de 2018, e conferiu maior volatilidade à taxa de câmbio. O M2, apesar de crescer (em termos homólogos) desde início de 2018, tem registado níveis de expansão mais moderados em comparação à segunda metade de 2018, com registos entre 12% e 14%. Destaca-se que desde Maio de 2018 a Dezembro do mesmo ano o M2 apresentou uma taxa de crescimento que ascendeu 15%, tendo atingido o pico de 24% em Outubro e Novembro. O principal factor distintivo do comportamento da taxa de crescimento da

massa monetária em 2019, comparativamente a 2018, é a moderação no ritmo de depreciação do Kwanza no mercado cambial formal, que contrasta com o ano anterior.

Gráfico 11 - Agregados Monetários



Fonte: BNA, var. homóloga



6. Política Monetária

- No trimestre em análise, o Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola cortou a taxa de juro de referência em 0,75 p.p., situando-se em 15,75%;
- A taxa de redesconto não sofre qualquer ajuste desde meados de 2016 (nos últimos 2 anos e 9 meses), o que encarece o financiamento dos bancos que necessitem de liquidez de emergência.

No trimestre em análise, o Comité de Política Monetária do BNA cortou a taxa de juro de referência. A tendência decrescente da taxa de inflação, nos primeiros meses do ano, fortaleceu a expectativa da autoridade monetária que a mesma se mantenha nos meses que se seguem, o que suportou a decisão de redução da Taxa BNA, referência para o sistema financeiro, para 15,75% (-0,75 p.p.).

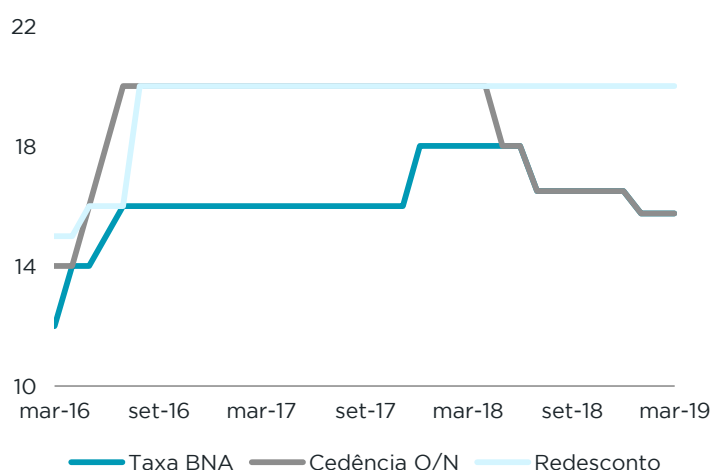
As taxas de juro nas Operações de Mercado Aberto (OMA) diminuíram no 1º trimestre de 2019 comparativamente ao trimestre homólogo. As taxas de juro nas Operações de Mercado Aberto divulgadas pelo BNA situaram-se em 4% (OMA 14 dias), 8% (OMA 28 dias) e 10% (OMA 63 dias), que comparam 9,75%, 16,70% e 18%, respectivamente, apuradas no 1º trimestre do período homólogo. No 1º trimestre do ano corrente, o BNA absorveu cerca de 562,08 mil milhões Kz em Operações de Mercado Aberto, tendo superado em aproximadamente 42% o registo apurado em 2018 (396,69 mil milhões Kz).

O BNA mantém taxas de juro elevadas para os bancos comerciais que necessitam de liquidez de emergência desde Julho de 2016. No mês de Julho de 2016, o BNA aumentou a taxa de juro de redesconto em 4 p.p., fixando-a em 20%, nível que prevalece até ao presente. A taxa de redesconto destaca-se como a única taxa de juro de referência que não sofreu qualquer ajuste desde meados de 2016 (nos últimos 2 anos e 9 meses), o que encarece o financiamento dos bancos que necessitem de liquidez de emergência.

Não se verificaram registos de operações de redesconto nos primeiros 3 meses de 2019, tendência que não se verifica desde que a crise no sector petrolífero teve início. Segundo dados divulgados pelo BNA, não foram realizadas operações de redesconto desde o início do ano corrente. A comparação homóloga demonstra que desde 2014 que não se verificam 3 meses consecutivos sem operações de redesconto. Os seguintes factores poderão ter contribuído para a tendência: O conjunto de medidas implementadas para o fortalecimento e estabilidade do sistema financeiro, como o incremento do capital mínimo

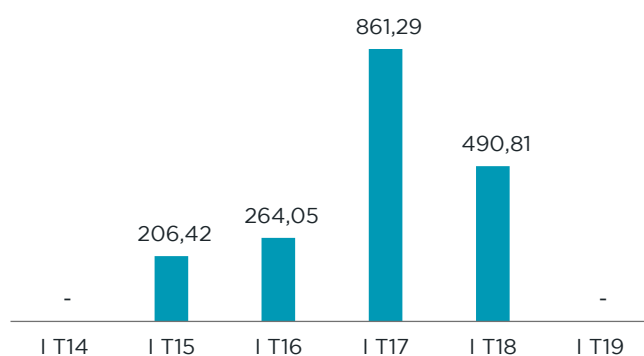
exigido aos bancos; a actividade da Recredit na recuperação de activos (aquisição de crédito malparado) de alguns bancos, com destaque para os bancos públicos; a dinamização do mercado monetário interbancário; e as decisões de gestão de alguns bancos que permitiram melhorar as suas performances e reduzir a necessidade de liquidez de emergência.

Gráfico 12 - Taxa de Juro BNA (%)



Fonte: BNA

Gráfico 13 - Operações de Redesconto



Fonte: BNA, valores em mil milhões Kz



7. Mercado Monetário

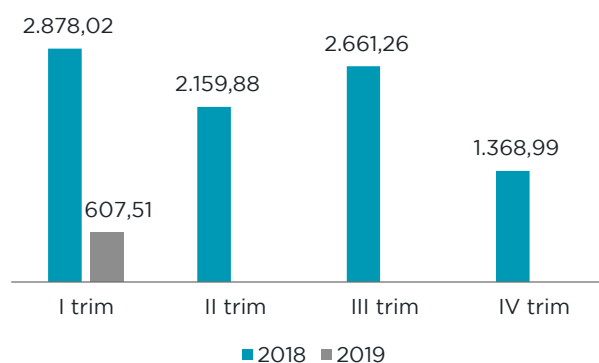
- Os bancos transaccionaram cerca de 607,51 mil milhões Kz no 1º trimestre de 2019, que representou uma diminuição de 56% face ao trimestre anterior e 79% em relação ao período homólogo de 2018.
- As taxas de juro Luibor situaram-se, no primeiro trimestre de 2019, em níveis relativamente mais moderado em relação ao trimestre antecedente, em linha com o ajuste à taxa de juro de referência, Taxa BNA.

No primeiro trimestre de 2019, o volume de liquidez transaccionada entre bancos no mercado monetário interbancário contraiu em aproximadamente 79% comparativamente a 2018. Os bancos comerciais transaccionaram um montante acumulado de cerca de 607,51 mil milhões Kz ao longo do primeiro trimestre de 2019, que representou uma diminuição de 56% face ao trimestre anterior e, em relação ao período homólogo de 2018, uma redução de 79%, períodos em que atingiu 1.368,99 mil milhões Kz e 2.878,02 mil milhões Kz, respectivamente. A tendência pode ser explicada, essencialmente, pela menor liquidez disponível na economia como resultado da política monetária do BNA, que se mantém restritiva, e o crescente nível absorção de liquidez em moeda nacional no mercado cambial gerado pelo processo de depreciação cambial.

As taxas de juro Luibor situaram-se, no período em análise, em níveis relativamente mais moderado em relação ao trimestre antecedente, em linha com o ajuste à taxa de juro de referência, Taxa BNA. As taxas de juro Luibor situaram-se entre 15,66% e 17,36% (indicadores *end-of-period*) no 1º trimestre do corrente ano, que comparam com intervalo de 16,75% a 17,99% apurado no último trimestre de 2018 (indicadores *end-of-period*).

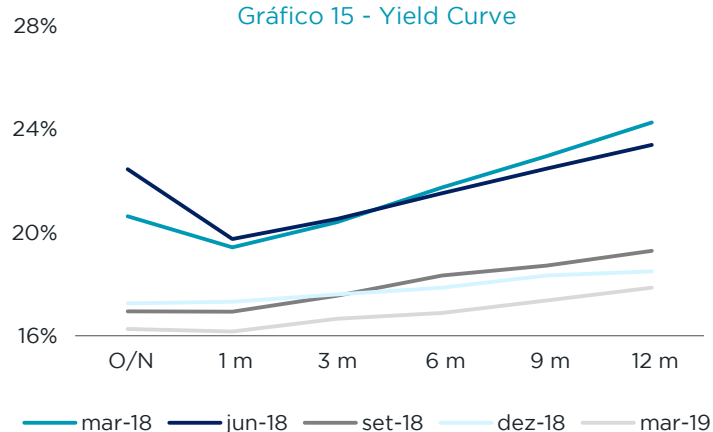
A Luibor *Overnight*, durante o 1º trimestre de 2019, evoluiu de 16,75% a 15,76%, em linha com a redução da Taxa Básica de Juro (Taxa BNA) pelo Banco Central. Destaca-se que, no final do 1º trimestre a Luibor a 1 mês atingiu o nível mais baixo entre as maturidades, o que distorce a normalidade da *yield curve* da Luibor que volta a ter a forma de “V”.

Gráfico 14 - Transacções no MMI (Mil Milhões Kz)



Fonte: BNA

Gráfico 15 - Yield Curve



Fonte: BNA

Tabela 1 - Taxa de Juro do MMI (%)

Luibor	IV trim. 17	I trim. 18	II trim. 18	III trim. 18	IV trim. 18	I trim. 19
<i>Overnight</i>	17,77	20,12	21,94	16,44	16,75	15,76
1 Mês	18,27	18,92	19,24	16,43	16,81	15,66
3 Meses	18,92	19,89	20,02	17,04	17,09	16,15
6 Meses	20,16	21,32	21,01	17,82	17,35	16,37
9 Meses	21,90	22,44	21,96	18,21	17,52	16,86
12 Meses	23,08	23,74	22,87	18,78	17,99	17,36

Fonte: BNA



8. Sector Externo

- O sector petrolífero, excluindo os refinados de petróleo, gás e diamantes, representou mais de 80% do montante arrecadado com as exportações ao longo do 1º trimestre do ano corrente.
- As importações de bens da cesta básica fixaram-se em 198,1 milhões USD, o que representa cerca de 34% do total desembolsado com a importação de bens alimentares, durante os primeiros três meses de 2019.

A composição das exportações durante o 1º trimestre não apresentou variações significativas. Durante o período em análise as receitas arrecadadas com as exportações atingiram 8.0847,32 milhões USD. Entretanto, a exportação petrolífera foi responsável por cerca de 88% do montante apurado. A venda de gás e diamantes situou-se em 539,94 e 388,08 milhões USD, com um peso de 7% e 5% sobre a exportação total, respectivamente. A dependência do sector petrolífero torna a economia volátil aos choques resultantes da variação do preço internacional da commodity.

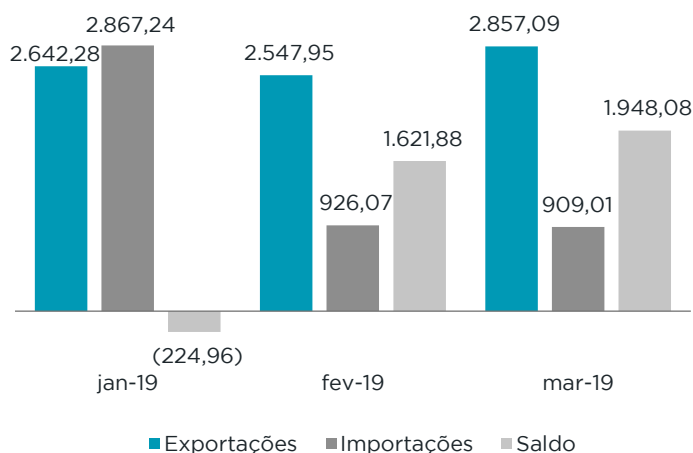
O sector não-petrolífero representou cerca de 5% do total encaixado com as exportações no 1º trimestre. Nos primeiros três meses do ano corrente o montante das exportações não-petrolíferas fixou-se em 427,93 milhões USD. Entre os principais produtos exportados destacam-se o pescado (52%), madeira (27%) e bebidas (11%). Relativamente ao sector pesqueiro, importa destacar que apesar do potencial do país, a obtenção de certificação internacional para a comercialização dos produtos do mar e derivados no exterior do país constitui um dos principais desafios do sector das pescas.

As importações situaram-se em 4.702,32 milhões USD. A compra de bens alimentares no exterior representou cerca de 12% do total despendido - a importação de bens da cesta básica correspondeu a 34% dos bens alimentares -, sendo que os combustíveis corresponderam a 8%. O montante desembolsado no 1º trimestre de 2019 representa um incremento de 68% face ao período homólogo.

O saldo da conta de bens reduziu 52%, em termos homólogos. O desempenho reflecte a redução em 17% das exportações e incremento em 68% das importações. Relativamente às importações, importa destacar que no mês de Janeiro a rubrica “Outros” apresentou aumento homólogo de 313%, que, de acordo ao BNA, reflecte a variação expressiva na classe “Embarcações e estruturas flutuantes”, tendo passado de 139 mil USD para 1.553 milhões USD.

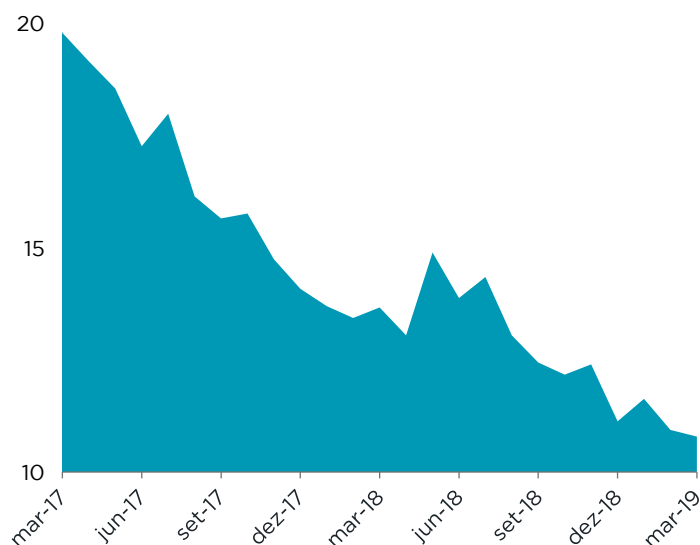
As reservas internacionais continuam a reduzir, impactando o grau de cobertura dos meses de importação. Em Março, as reservas internacionais brutas situaram-se em 15.823 milhões USD e as líquidas em 10.291 milhões USD, uma redução homóloga de 11% e 22%, respectivamente.

Gráfico 16 - Balança Comercial



Fonte: BNA, valores em Milhões USD

Gráfico 17 - Reservas Internacionais Líquidas



Fonte: BNA, valores em Mil Milhões USD



AS CONTAS EXTERNAS DE ANGOLA EM 2018

O cenário económico em Angola manteve-se desafiante em 2018. A introdução de mecanismos de correcção e de estímulos não evitaram que a economia contraísse 1,7%, a terceira retracção consecutiva. Os efeitos foram sentidos na generalidade dos sectores de actividade económica, e o sector externo do país não se manteve imune a estes efeitos.

Porém, a evolução dos principais indicadores das contas externas da balança de pagamentos apresentaram um desempenho animador, mas insuficiente para reduzir os desequilíbrios externos acumulados nos últimos quatro anos. Pois, não obstante a introdução do novo regime de taxas de câmbio em Janeiro de 2018, os níveis de importação fixaram-se em 16% do PIB (+4,1 p.p. face a 2017), reflexo de uma rigidez nas preferências dos consumidores e na reduzida oferta nacional, em termos de qualidade e quantidade de bens e serviços, para substituir os produtos importados. Paralelamente, as exportações aumentaram 13 p.p., ao se situarem em 41,2% do PIB.

As dificuldades referentes aos serviços continuaram patentes durante o último ano, com a conta de serviços a registar um défice de 9,46 mil milhões USD, cerca de 9,6% do PIB, como reflexo do nível elevado de importações que atingiu cerca de 10,09 mil milhões USD. As maiores despesas foram registadas nos serviços de transporte, cerca de 33%, seguido de outros serviços empresárias, que englobam os serviços de consultoria (27%) e construção (19%).

Por conseguinte, as Reservas Internacionais Líquidas (RIL's) recuaram 21,6%, para 10,6 mil milhões USD, na comparação entre 2017 e 2018. A redução verificou-se não obstante a depreciação média da moeda, em 34,4%. De referir que neste nível, o país mantém uma cobertura de importações de 4,9 meses, representa o menor nível desde 2009, tal como situa-se abaixo do nível recomendado pelas metas de convergência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), de 6 meses.

Assim, e em função das necessidades de financiamento da economia, o Governo recorreu ao financiamento externo, Bilateral e Multilateral, de modo a assegurar poupanças externas, liquidez e divisas para garantir a solvabilidade das contas externas, alargar o prazo de maturidade da dívida pública e financiar o processo de desenvolvimento do país.

Com efeito, o *stock* de dívida pública externa atingiu 46,98 mil milhões USD, que representa 47,5% do PIB, e um crescimento de 12 p.p. face ao ano de 2017. Destaca-se que neste período o país voltou a emitir dívida em mercados externos - Eurobonds - nas maturidades de 10 e 30 anos, tendo obtido 3,5 mil milhões USD.

Por outro lado, o país captou Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na ordem de 7.650 milhões USD em 2018, um aumento de 23% face ao ano anterior. O destaque recai para o aumento de 169% do IDE alocado ao sector não petrolífero, que supera o incremento de 17% do sector petrolífero, facto que poderá sugerir a maior abertura dos outros sectores ao capital externo com efeito sobre o processo de diversificação. No entanto o IDE destinado ao sector petrolífero representou 92% do total em 2018, uma redução homóloga de 4 p.p. e para o sector não petrolífero aumentou 4 p.p. para 8%.

Simultaneamente, o superavit comercial registou incremento da percentagem em relação ao PIB, de 16,5% em 2017 para 25,3% em 2018. Por outro lado, a conta corrente melhorou 8 p.p., em relação ao PIB, tendo saído de -0,5% em 2017 para 7,6% em 2018. O registo das contas contribuiu para que a balança de pagamentos apurasse uma melhoria ao fixar-se em -0,5% do PIB em 2018, comparativamente à contribuição de -4% do PIB verificada no ano anterior.

Porém, as contas externas ainda se mantêm a um nível desafiante para a estabilidade macroeconómica do país, em consequência de constrangimentos internos, que sustentam a introdução de medidas estruturais de correcção, que vão desde a mudança na preferência dos consumidores à alteração do modelo de distribuição de renda e riqueza no país, uma vez que os mesmos continuam a pressionar o espaço de actuação das políticas conjunturais em curso.

9. Mercado Cambial

- No 1º trimestre de 2019 o Banco colocou um total de 2.143,23 milhões de USD, uma redução de 22% face a 2018.
- A taxa de câmbio no mercado formal continuou a seguir tendência de depreciação, como resultado da realização dos leilões de divisas.

O BNA passou a realizar leilões regulares. A partir do mês de Fevereiro, o BNA aumentou a intervenção no mercado cambial, com a realização de sessões diárias de leilões para a cobertura de todas as finalidades, com destaque para as cartas de crédito. O BNA passou a privilegiar as cartas de crédito, como principal instrumento de pagamento nas operações de mercadorias, pelo facto das mesmas apresentarem vantagens, sobretudo do ponto de vista de *compliance* e por conferir maior previsibilidade na realização de pagamentos.

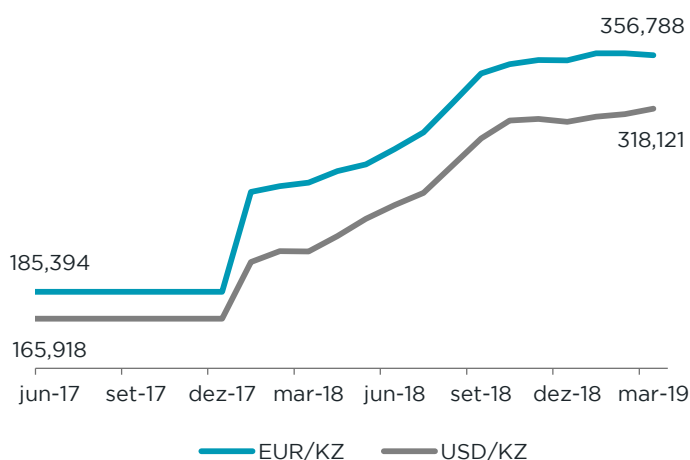
A maior intervenção do BNA contribuiu para a redução do montante comercializado durante o período em análise. Durante o 1º trimestre o BNA vendeu cerca de 2.143,23 milhões USD, que representou uma redução de 23% face ao período homólogo, por via de leilões de preços (vendas de divisas com liquidação à vista). Por outro lado, as vendas de divisas por via de leilões de quantidades (atribuição de *plafonds* para emissão de cartas de crédito) situaram-se em 782,00 milhões USD, enquanto as vendas directas (vendas direccionadas para finalidades específicas) foram pouco

significantes, com um montante de aproximadamente 22 milhões USD.

A taxa de câmbio no mercado formal depreciou. A depreciação da moeda nacional no mercado formal, ao longo do 1º trimestre face ao dólar atingiu cerca de 3%, uma moderação face a depreciação de 77% apurada em igual período de 2018. Em comparação ao euro, a depreciação fixou-se em 1%, que contrapõe o registo de 30% apurado no período homólogo. A moderação poderá reflectir as estratégias do Banco Central de controlo do processo de depreciação da moeda.

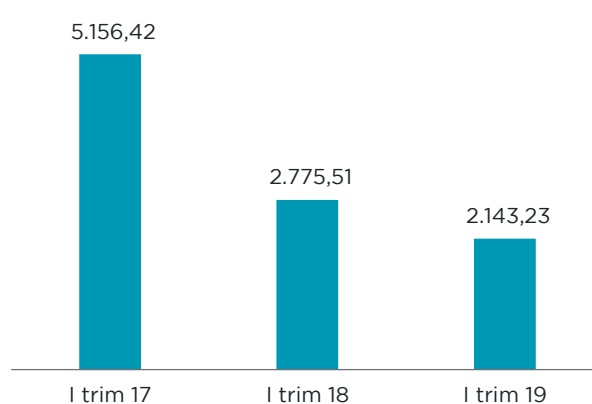
A tendência no mercado informal foi semelhante. Durante os primeiros três meses do ano registou-se uma depreciação do Kwanza no mercado informal, face ao dólar (3%) e ao euro (1%), o mesmo desempenho apurado no mercado formal, tendo atingido 428 Kz e 484 Kz, respectivamente, que poderá reflectir a aproximação da cotação da moeda em ambos mercados e alguns constrangimentos na aquisição de divisas no mercado formal.

Gráfico 18 - Taxa de Câmbio



Fonte: BNA

Gráfico 19 - Venda de divisas (Milhões USD)



Fonte: BNA



10. Mercado de Capitais

- A captação de liquidez pelo Tesouro Nacional mantém-se moderada, como resultado da menor disponibilidade de liquidez na economia.
- As transacções de Títulos do Tesouro no mercado secundário têm registado incremento, como resultado da procura por Obrigações do Tesouro Indexadas a Moeda Externa, face à reduzida emissão no mercado primário.

O montante de Títulos do Tesouro vendidos pelo Banco Central fixou-se em 189,6 mil milhões Kz, no primeiro trimestre de 2019, uma redução em termos homólogos de 21,3%. A variação em termos homólogos das captações representa uma moderação comparativamente a diminuição de 40,8% apurada no último trimestre de 2018 (320,36 mil milhões Kz). O desempenho das captações de liquidez pelo Tesouro Nacional reflectem o período de restrições de liquidez na economia.

A emissão de Bilhetes do Tesouro (BT's) representou aproximadamente 86% do total, no 1º trimestre de 2019. O nível representa uma moderação em relação à proporção de 92% no IVº trimestre de 2018, porém um incremento significativo em relação ao 1º trimestre de 2018, quando os BT's representaram 17%. O peso dos BT's sobre os títulos representa a preferência dos investidores por títulos de mais curto prazo, diante do incremento das incertezas sobre o crescimento económico.

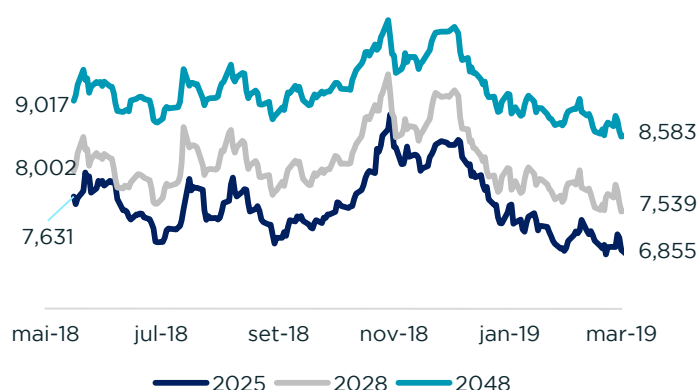
As taxas de juro dos Títulos do Tesouro (TT) registaram trajectória decrescente no 1º Trimestre de 2019. A variação das taxas de juro dos TT caracterizou-se por reduções de 11 p.b., 22 p.b. e 25 p.b., fixando-se em 16,94%, 13,38% e 18,8%, nas maturidades a 182, 91 e 364 dias, respectivamente. Em relação às Obrigações do Tesouro (OT's) destaca-se que o BNA divulgou a emissão de apenas OT's Não Reajustáveis, cuja taxa diminuiu 100 p.b., para 22%, na maturidade a 3 anos, registos que poderão reflectir a estratégia de consolidação fiscal, mediante o controlo do endividamento interno do Estado e custo da dívida, e de estimular o sector privado, mediante a minimização do efeito de *crowding-out* na economia.

O rácio de cumprimento do PAE 2019 fixou-se em 44% no 1º trimestre, um incremento de 19 p.p. em relação ao IVº trimestre de 2018. O montante de liquidez captado em relação ao previsto no Plano Anual de Endividamento para 2019 representa uma recuperação em relação ao rácio do último trimestre de 2018, o que reflecte a redução de 66% do montante estimado. No entanto, o registo de 2019 representa uma redução de 20 p.p. em relação à cobertura verificada no 1º trimestre de 2018.

As negociações de Títulos do Tesouro no Mercado Secundário fixaram-se em 208,38 mil milhões Kz, um aumento trimestral de 6,3% e homólogo de 46%. O registo poderá reflectir o incremento da literacia financeira, que impactou a confiança dos investidores e a possibilidade de negociação de taxas de rendimento e maturidades de acordo com os objectivos dos investidores.

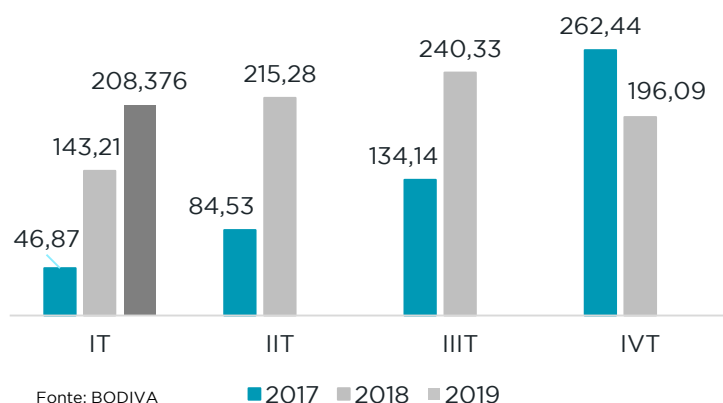
O rendimento exigido pelos investidores para aquisição dos Eurobonds reduziu no 1º trimestre do corrente ano. O incremento da cotação internacional do crude contribuiu para o registo. Destaca-se que a maior diminuição, de 1,53 p.p., para 7,539%, foi registada no Eurobond com maturidade em 2028.

Gráfico 20 – Yield dos Eurobonds (%)



Fonte: Bloomberg

Gráfico 21 – Transacções no Mercado Secundário (Mil Milhões Kz)



Fonte: BODIVA



11. Sector Bancário

- Em 2019, os bancos têm apresentado menor rentabilidade. Em Março, os rácios de rentabilidade dos activos (ROA) e rentabilidade do capital (ROE) contraíram para 0,86% e 4,63%, respectivamente;
- O rácio do crédito vencido mal parado líquido de provisões e imparidade para crédito sobre os fundos próprios regulamentares contraiu de 34,6% a 1,70%, de Março de 2018 a Março de 2019.

Os bancos comerciais continuam a reforçar as provisões para suportar o crédito vencido mal parado. O rácio do crédito vencido mal parado líquido de provisões e imparidade para crédito sobre os fundos próprios regulamentares contraiu para 1,70% em Março de 2019, significativamente abaixo do registo de 34,6% apurado em Março do período homólogo e 12,86% comparativamente ao mês de Fevereiro de 2019, sendo que o Departamento de supervisão Bancária do BNA destaca que a variação do rácio verificado entre Fevereiro de 2019 a Março do mesmo ano deveu-se sobretudo ao aumento significativo das imparidades para o crédito. Destaca-se que aproximadamente 1/3 do crédito total (28,40% em Março de 2019) está em situação de vencido.

O rácio *cost-to-income* no sector bancário atingiu, em Março, o máximo desde Dezembro de 2017. O custo administrativo e de comercialização sobre o produto bancário (rácio *cost-to-income*) atingiu 40,50% no 1º trimestre de 2019, que compara ao registo de 23,6% apurado no 1º trimestre do ano anterior.

O ano de 2019 tem sido marcado pela menor rentabilidade dos bancos comerciais

comparativamente a 2018. Os rácios de rentabilidade dos activos (ROA) e rentabilidade do capital (ROE) contraíram em Março de 2019 para 0,86% e 4,63%, respectivamente, reduzindo em 0,64 p.p. e 5,17 p.p. face a Março do período homólogo.

Em comparação ao trimestre passado (com fim em Dezembro de 2018), a contracção do rácio de ROA atingiu 3,54 p.p. e do rácio ROE, em 21,97 p.p., relevante, apesar de sazonalmente os valores apresentados no final do ano se situarem acima daqueles no início do período. Entretanto espera-se que a decisão do BNA em definir limites máximos para as comissões e despesas cobradas pelos bancos nas operações cambiais condicionem a rentabilidade nos meses que se seguem.

O rácio de transformação regista tendência de redução, como resultado da evolução da concessão de crédito, que regista limitações devido ao contexto económico e nível elevado de taxas de juro que aumenta o risco de incumprimento.

Contudo, apesar da diminuição dos rácios de rentabilidade, o *spread* entre as taxas de juro activas (empréstimos) e passivas (depósitos) aumentou de 23% (Março de 2018) a 24,09% (Março de 2019).

Tabela 2 - Rácios de supervisão do sistema financeiro

Descrição dos rácios	Out-18	Nov-18	Dez-18	Jan-19	Fev-19	Mar-19
Qualidade dos Activos						
Crédito mal parado/ Crédito Total Bruto	27,10	26,70	28,30	28,09	27,75	28,40
Crédito mal parado não aprovisionado / Fundos Próprios regulamentares	16,70	15,20	19,90	14,78	12,86	1,70
Lucro e Rentabilidade						
Rentabilidade dos Activos	4,60	4,40	4,40	0,82	1,15	0,86
Rentabilidade do Capital	25,30	24,80	26,60	4,87	6,32	4,63
Cost-to-income	27,30	28,80	30,30	30,63	32,85	40,50
<i>Spread</i> Taxa de juro (Activa - Passiva)	28,50	26,90	27,30	19,49	23,82	24,09
Liquidez						
Activos Líquidos/ Passivo de curto prazo	28,40	29,20	28,60	29,02	29,60	29,75
Crédito Total/ Depósitos Totais	46,70	45,40	44,20	45,23	44,60	43,50
Passivo ME/ Passivo Total	46,50	46,50	46,10	46,57	45,71	45,69

Fonte: BNA



12. Indicadores Sociais

- A taxa de desemprego em Angola situou-se em 28,8% em 2018, um aumento de 8,8 p.p. face às estimativas de 20% apuradas em 2017.
- Apenas um terço da população angolana tem acesso à energia eléctrica, sendo que a situação agrava-se para as zonas rurais onde apenas 8% da população tem acesso ao serviço.

A taxa de desemprego situou-se em 28,8% em 2018.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou as estatísticas do emprego e desemprego, onde apontam que a taxa de desemprego, no período de Março de 2018 a Fevereiro de 2019 foi de 28,8%. O nível representa um agravamento de 8,8 p.p. face aos números disponibilizados no Inquérito sobre Indicadores Múltiplos de Saúde (IIMS 2015/2016) publicados em 2018. A avaliação por categoria, demonstra que do total da população desempregada, 26,6% são homens enquanto 30,9% são mulheres. Contudo, a situação tende a ser mais desafiante entre os jovens, com a taxa de desemprego apurada a situar-se em 52,4%, sendo que a maior concentração verifica-se entre os 18 e 19 anos, cerca de 60%.

A taxa de pobreza em Angola está situada em 51,2%.

Os números foram divulgados pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), sendo que em cada dois angolanos um vive em estado de pobreza multidimensional. As populações continuam a ter privações ao acesso de serviços básicos como a saúde, educação, água potável e saneamento básico, sendo que, o relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2018, sobre a pobreza multidimensional, apurou que cerca de 48% da população residente no país vive em pobreza multidimensional, com as maiores contribuições a serem observadas em indicadores como as privações em anos de escolaridade (16%), seguidos pela frequência escolar (15%) e nutrição (11%). Paralelamente, perto de 22% das crianças com idade escolar em Angola não têm acesso à educação formal, segundo dados do UNICEF, sendo que perto de 11% não têm acesso à formação na primeira infância.

Menos de um terço da população angolana tem acesso à energia eléctrica.

Os números são referente a 2018 e foram avançados pelo Banco Mundial (BM), sendo que a situação tende a agravar-se na zona rural onde apenas 8% da população tem acesso à electricidade. O Plano Estratégico para a electrificação da Zona Rural do país prevê até 2025 conectar na rede eléctrica 174 localidade e desenvolver sistemas isolados através de mini-hídricas, sistema solar ou a diesel para outras 32 localidades enquanto 500 vilas deverão ser abrangidas por um sistema solar individual.

O Índice de capital humano de Angola permanece baixo da Média da África Subsariana. Angola está classificada entre os 10 países com mais baixo índice de capital humano, reflexo de uma fraca oferta de serviços de saúde e educação que garantam uma melhoria substancial na expectativa de vida da população jovem. O índice produzido pelo Banco Mundial (BM) classificou o país com 0,36 pontos - Na escala que vai de 0 (Mínimo) a 1 (Máximo) - abaixo da média da África Subsariana de 0,4, enquanto a média mundial se situa em 0,57. A alta percentagem de crianças mortas abaixo de 5 anos, associada a uma baixa expectativa de tempo na escolaridade (7,9 anos em média), penalizaram a classificação do país.

O salário mínimo nacional registou um aumento de 30% nas três categorias.

A medida surge após o Governo ter decidido elevar os salários mínimo da Função Pública de modos a restabelecer um certo poder de compras aos salários e reduzir os desequilíbrios sociais. Assim sendo, o salário mínimo para o sector da agricultura deverá situar-se em 21.454 Kz, do sector do comércio em 26.817 Kz e do sector da indústria extractiva em 32.181 Kz. A medida deverá contribuir para uma maior participação do consumo privado no crescimento da economia, ao mesmo tempo que deverá influenciar a estrutura de custos do sector empresarial, que se verá obrigada a alterar a folha salarial e realizar novas contratações com novos níveis salariais. Porém, a medida poderá excluir do mercado de trabalho mão-de-obra com salário de reserva abaixo dos níveis fixados, com reflexo no aumento da informalização da economia das taxas de desemprego.

Tabela 3: Indicadores de emprego, 2018/2019

Indicadores (%)	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Taxa de actividade	86,5	88,4	84,9
Taxa de emprego	61,6	64,8	58,7
Taxa de desemprego	28,8	26,6	30,9
Taxa de inactividade	13,5	11,6	15,1

Fonte: INE, 2019



13. Ambiente de Negócio

- Angola melhora duas posições no Índice Doing Business ao ficar classificado na posição 173 na avaliação de 190 países.
- O anti-projetco da Lei de fomento empresarial poderá impulsionar o desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's).

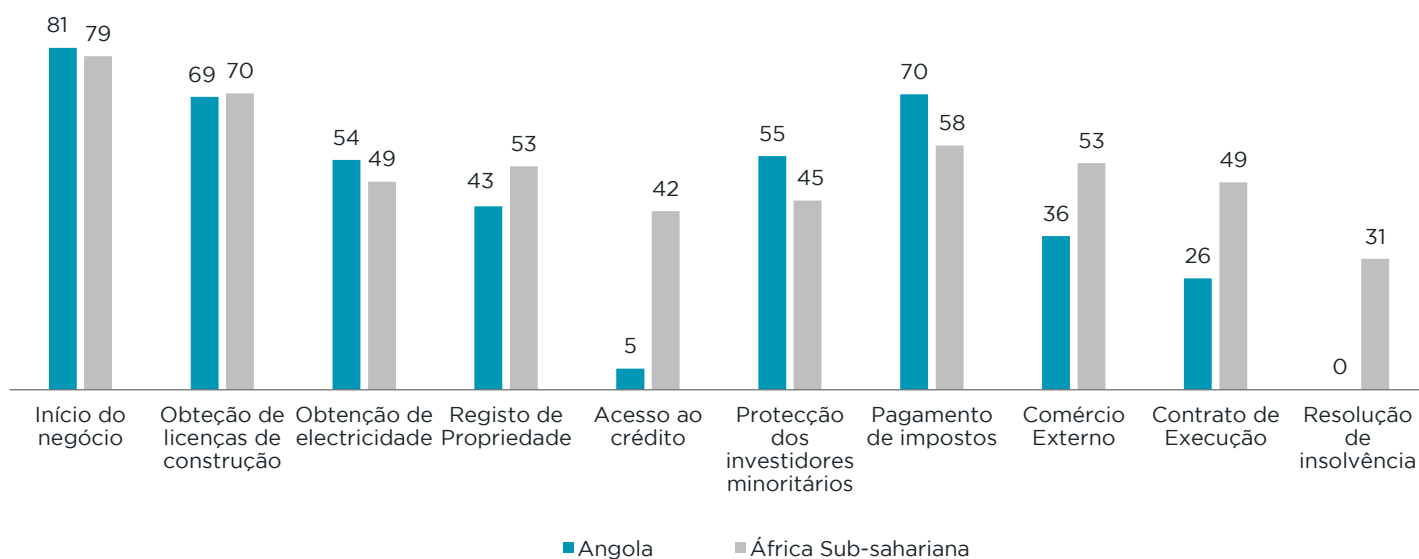
O índice *Doing Business* referente a 2019 classificou Angola na posição 173. A classificação reflecte uma melhoria de 2 posições face a 2018, no universo das 190 país avaliados pelo Banco Mundial. O resultado verificado poderá reflectir as reformas económicas em curso e a perspectiva de recuperação da recessão económica apurada nos últimos três anos. Por conseguinte, a facilidade de fazer negócio no país registou avanço ao fixar-se em 43,86%, porém abaixo da média da África Subariana que se situou em 51,42%, sendo que *gap* é explicado, fundamentalmente, pelo fraco desempenho nos indicadores de acesso ao crédito, garantia de maior segurança jurídica e redução de custos na fronteira.

O acesso ao crédito continua a ser um dos principais constrangimentos no ambiente de negócios do país. Segundo o relatório do Banco Mundial, *Doing Business* 2019, o país apresenta um dos piores desempenhos no indicador - Posição 184 entre 190 avaliados e uma pontuação de 5 em 100 possíveis - reflexo de uma fraca disponibilização do crédito e da burocracia no seu acesso. O crédito ao sector privado representou 15% do PIB em 2018 e 25% dos Activos do sistema bancários. Porém, a expectativa é de que o relaxamento da política monetária restritiva do BNA aliada à introdução de novos veículos públicos de financiamento à economia, poderão contribuir para a melhoria do indicador, proximamente.

O anteprojetco da Lei de fomento empresarial poderá impulsionar as MPME's. A nova Lei do sistema empresarial público deverá impulsionar e promover o surgimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's) no contexto de promoção da economia não petrolífera, a medida que prevê que o Estado Angolano e as instituições públicas reservem no mínimo 25% do seu orçamento para aquisição de bens e serviços para as MPME's. A medida deverá contribuir para a redução dos riscos de ciclo de exploração das MPME's no seguimento da prestação de serviços ao Estado, o que poderá contribuir no crescimento do sector privado, numa maior participação das MPME's estrutura produtiva nacional e na capacidade de criação de mais postos de trabalho.

A estabilidade macroeconómica continua a ser prioridade nas políticas do Governo. A aprovação do Programa de Financiamento Ampliado (*Extended Fund Facility*) do Fundo Monetário Internacional para os próximos três anos é um sinal claro do compromisso do Governo com a estabilização macroeconómica. Destaca-se que, os esforços continuaram a ser envidados para a redução dos défices públicos, atenuação do aumento da dívida pública, redução dos constrangimentos no mercado cambial e estabilização dos níveis de preços.

Gráfico 22 - Indicadores do índice *Doing Business* Angola, 2019



Fonte: *Doing Business Report*, World Bank, 2019



14. Outras Economias Africanas

- A taxa de crescimento prevista para a África Subariana para o ano corrente deverá situar-se em 3,5%, acelerando em 0,5 p.p. face ao desempenho de 2018.
- A economia do Egipto deverá registar um crescimento de 5,5% em 2019, um incremento de 0,2 p.p. face a taxa de 2018, o que representa o melhor desempenho em uma década.

A taxa de crescimento económico prevista para 2019 deverá situar-se em 3,5%, um incremento de 0,5 p.p. face ao desempenho de 2018. As projecções positivas sobre o crescimento económico da África Subariana constantes no Relatório sobre as Perspectivas Económicas Regionais do FMI são atenuadas pela redução dos preços das matérias-primas e das condições financeiras mundiais menos acomodáticas. A instituição de Bretton Woods recomenda às economias exportadoras de matérias-primas de baixo rendimento a adoptarem um processo de diversificação que se distancie das *commodities*, tendo-se em consideração a perspectiva moderada para a evolução da cotação das mesmas.

A Nigéria deverá registar uma taxa de crescimento de 3% em 2019. As estimativas foram feitas pelo Banco Central da Nigéria e representam uma expansão de 1,1 p.p. face ao nível apurado em 2018, numa altura em que se perspectivam moderações na política monetária em virtude da desaceleração da taxa de inflação, que deverá fixar-se em 12% até ao final do ano. Paralelamente, a maior e mais populosa economia do continente realizou eleições presidenciais, uma semana após o adiamento por questões logísticas, tendo o presidente cessante, Muhammadu Buhari, ter sido reeleito com 56% dos votos para o segundo mandato.

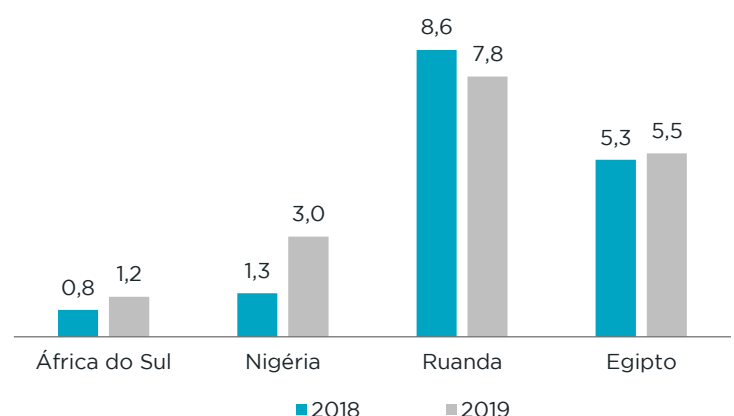
As perspectivas de crescimento económico da África do sul continuam desafiantes. O índice de confiança do consumidor registou uma redução ao longo do 1º trimestre de 2019. As perspectivas de abrandamento da economia, que deverá crescer 1,2%, abaixo dos 1,7%, previstos anteriormente pelo FMI, associada à desaceleração da economia mundial e das expectativas sobre os resultados eleitorais de Maio, penalizaram o sentimento dos consumidores. Por seu turno, a taxa de desemprego aumentou 0,5 p.p. face ao período anterior ao situarem-se 27,6%.

A taxa de crescimento económico do Egipto deverá situar-se em 5,5% em 2019. As projecções constantes no *Economic Update* de Abril do Banco Mundial representam uma expansão de 0,2 p.p. face

ao ano anterior, reflexo de uma melhoria no ambiente de negócios, expansão na extracção de gás, aumento do turismo, produção manufactureira, construção e das telecomunicações. As maiores variações deverão ser apuradas no Investimento de Capital Fixo (13,3%) e das Exportações de bens e serviços em (11,8%). Importa ressaltar que a taxa de inflação deverá situar-se em 14,5%, uma desaceleração de 7,1 p.p. face aos níveis de 2018.

A economia do Ruanda deverá crescer 7,8% em 2019. O desempenho representa uma desaceleração de 0,8 p.p. face ao ano anterior e reflecte uma maior estabilidade dos níveis de preços e uma redução na pressão cambial. Entretanto, a performance da actividade agrícola, sector dos serviços e industrias, deverão impulsionar o crescimento da economia. Paralelamente, o Governador do Banco Central, estima que a economia registe estabilidade nas taxas de câmbio enquanto os níveis de preços deverão situar-se em 3%.

Gráfico 23 - Taxa de crescimento da economia (%)



Fonte: Banco Mundial, FMI e Banco Centrais



15. Anexos

Anexo 1 - Orçamento Geral do Estado

Indicadores	2016	2017	2018		2019	2019
			OGE	Proj.	OGE	OGE Revisto
Inflação (%)	41,1	23,7	28,8	18,0	15,0	15,0
Saldo Orçamental Global (% PIB)	-3,8	-6,3		0,6	1,5	0
Saldo Orçamental Primário (% PIB)	-1,7	-3,0		4,8	6,1	5,2
Produção de Diamantes (Mil quilates)	8.964,10	8.964,10	9.047,70	9.442,00	9.442,00	9.547,30
Preço Médio dos Diamantes (USD/quilates)	118	115,1	124,2	141,1	141,1	154,4
Produção de Petróleo (incl. LNG) Anual	638,2	643,2	674,1	590,3	608,6	-
a. Petróleo (MBbl)	630,1	597,6	620	556,3	573,2	523,7
b. LNG (MBOE)	8,1	45,6	54,1	34,0	35,4	-
Produção de Petróleo (incl. LNG) Diária	1.748,60	1.762,40	1.846,70	1.617,30	1.667,50	-
a. Petróleo (MBbl/dia)	1.726,30	1.637,40	1.698,60	1.524,10	1.570,50	1.434,70
b. LNG (Mil BOEPD)	22,3	125	148,1	93,2	97,0	-
Preço Médio do Petróleo (USD/Bbl)	40,9	53,9	50,0	71,9	68,0	55,0
Preço Médio do LNG (USD/BOE)	29,0	29,0	29,0	29,0	29,0	-

Fonte: OGE 2019 Revisto

Anexo 2 - Rúbricas Orçamentais

Descrição	Mil Milhões KZ		Var. %	% Total		% PIB	
	OGE 2019	OGE Revisto		OGE 2019	OGE 2019 R	OGE 2019	OGE 2019 R
1. Receita Total	11.355,10	10.400,90	-9,1	100	100	32,6	33,6
1.1. Receita Fiscal	7.423,80	5.986,10	-20,9	65,4	57,4	21,3	19,3
a. Petrolíferas	5.319,10	3.567,60	-32,9	46,8	34,3	15,3	11,5
b. Não Petrolíferas	1.713,80	1.996,20	16,5	15,1	19,2	4,9	6,5
c. Outras	390,9	422,2	N/D	3,4	4,1	1,1	1,3
1.2. Receita Patrimonial	1,6	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.3. Receita de Endividamento	3.929,70	4.413,2	12,3	34,6	42,5	11,3	14,3
a. Interno	1.934,00	1.827,90	-5,5	17	17,6	5,6	5,9
b. Externo	1.995,70	2.585,30	29,5	17,6	24,9	5,7	8,4
2. Despesa Total	11.355,10	10.400,90	18	100	100	32,6	33,6
2.1. Despesa Corrente:	5.603,50	4.956,30	-11				
2.2. Despesas de Capital	1.314,30	1.710,90	30	11,6	16,4	3,8	5,4
2.3. Despesas com amortização de dívida	3.843,30	3.733,70	-2,9	33,8	35,9	11	12,1
a. Externa	2.085,10	2.085,1	0	18,4	20	6	6,7
b. Interna	1.758,20	1.648,60	-6,2	15,5	15,9	5,1	5,3
2.4. Aquisição de Activos Financeiros	594	687,2	15	5,2	5,2	1,7	1,7

Fonte: OGE 2019 Revisto



15. Anexos

Anexo 3 - Taxa de inflação (%)

Classes	Peso	2016	2017	2017	2017	2017	2017	2018	2018	2018	2018	2019
				T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1
01. Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	44,0	3,1	1,6	1,8	1,4	1,7	1,2	0,8	1,2	1,3	1,6	1,26
02. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	2,7	3,6	2,6	3,1	2,2	3,0	2,1	0,6	1,3	1,4	2,0	1,11
03. Vestuário e Calçado	6,5	2,7	3,1	3,4	3,2	3,4	2,6	1,7	1,5	1,9	1,8	1,15
04. Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis	12,5	1,7	0,9	0,6	0,3	1,0	1,6	0,6	1,1	6,9	0,9	0,43
05. Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção	6,0	2,9	2,7	2,2	3,2	3,2	2,1	1,6	1,1	1,4	1,4	1,32
06. Saúde	3,4	4,9	3,0	2,3	3,8	2,9	2,9	1,9	1,3	1,5	1,5	1,34
07. Transportes	7,9	2,3	1,0	1,2	0,3	0,8	1,8	1,1	0,8	0,7	0,6	0,22
08. Comunicações	3,3	3,2	0,2	0,4	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,10
09. Lazer, Recreação e Cultura	2,2	2,8	2,5	2,7	1,8	3,1	2,5	1,7	1,6	1,2	1,3	1,29
10. Educação	2,5	2,0	5,0	20,0	0,0	0,0	0,0	5,2	0,0	0,0	0,0	0,69
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	3,0	2,7	2,0	2,4	1,8	1,4	2,3	1,4	1,2	1,5	1,7	1,27
12. Bens e Serviços Diversos	6,0	4,3	3,2	3,9	3,4	3,0	2,5	3,0	1,4	1,3	1,7	1,38
Índice Geral	100,0	3,0	2,0	2,4	1,8	2,0	1,7	1,3	1,2	1,7	1,4	1,11

Fonte: INE

Anexo 4 - Balança Comercial

Descrição	mar-18	dez-18	jan-19	fev-19	mar-19	1 trim. 19
Exportações	3270,79	2.750,47	2.642,28	2.547,95	2.857,09	8.047,32
Petróleo	2863,14	2.404,19	2.642,28	2.547,95	2.857,09	8.047,32
Diamante	138,28	141,47	2.339,54	2.218,75	2.503,16	7.061,45
Gás Associado	211,89	155,77	116,91	116,98	154,19	388,08
Refinados	40,82	1,89	160,58	188,95	190,41	539,94
Café	0,1	0,03	2,11	15,88	-	
Outras	16,55	47,12	0,13	0,09	0,21	0,43
Importações	894,49	1.059,80	2.867,24	926,07	909,01	4.702,32
Combustíveis	53,73	200,57	139,99	66,67	147,82	354,48
Alimentos	220,00	227,13	225,37	175,55	182,21	583,13
Outras	620,76	632,10	2.501,88	683,85	578,99	3.764,72
Conta de Bens	2376,30	1.690,67	- 224,96	1.621,88	1.948,08	3.345,00

Fonte: BNA, valores em Milhões USD



15. Anexos

Anexo 5 – Indicadores monetários e cambial

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	2018			2019		
	Dez	Dez	Dez	Dez	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
TAXA DE CÂMBIO (MÉDIA)										
Kz/USD	103,1	135,3	165,9	165,9	309,4	310,5	308,6	312,3	314,2	318,1
Kz/EUR	125,3	147,1	185,4	185,4	350,2	352,6	353,0	358,2	358,1	356,8
TAXA DE JURO CRÉDITO (181 D A 1 ANO %)										
Empresas										
Moeda Nacional	13,88	15,11	15,26	16,12	19,40	19,28	33,81	20,90	20,82	20,67
Moeda Estrangeira	10,64	12,97	8,50	8,45	10,00	9,50	14,00	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>
PARTICULARES										
Moeda Nacional	13,59	10,14	15,25	17,7	17,50	16,10	20,51	19,16	18,43	34,88
Moeda Estrangeira	6,43	2,65	9	10,48	14,00	20,00	14,00	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>
TAXA DE DEPÓSITOS (181 D A 1 ANO %)										
Moeda Nacional	4,31	4,21	3,90	4,28	7,99	8,35	8,23	8,54	8,45	11,92
Moeda Estrangeira	2,28	2,62	3,10	2,51	2,43	1,96	2,26	2,29	2,17	1,71
Agregados Monetários (Kz 10 ⁹)										
M1	3.096,9	3.412,4	3.807,8	3.732,1	3.865,4	3.957,6	4.089,1	4.032,6	4.142,6	4.275,8
M2	5.103,5	5.703,7	6.446,7	6.517,6	7.801,2	7.946,2	7.844,4	7.759,7	7.820,4	7.984,9
M3	5.110,1	5.711,8	6.450,5	6.521,7	7.806,8	7.950,9	7.853,8	7.769,2	7.827,3	7.991,6
Taxa Básica (End Period, %)	9	11	16	18	16,5	16,5	16,5	15,75	15,75	15,75
Taxa Inflação (End Period, Y/Y,%)	7,48	14,27	41,95	26,26	17,35	17,77	18,21	17,88	17,78	17,56
Reservas Internacionais (Milhões USD)	27.101	24.265,8	21.399,3	13.343,4	11.672,5	11.902,1	10.646,1	11.133,0	10.443,8	10.291,2
Produção Petrolífera (MB/D)	1,62	1,85	1,72	1,63	1,53	1,50	1,49	1,44	1,45	1,45

Fonte: BNA, OPEP, INE

Anexo 6 – Indicadores Económicos de Países da África Subsariana

PAÍSES	POPULAÇÃO (Milhões)	PIB (%)		PIB NOMINAL (Mil Milhões USD)		PIB PER CAPITA (USD)		DÍVIDA PÚBLICA (%PIB)		BALANÇA CORRENTE (%PIB)		INFLAÇÃO (%)	
		2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
ANGOLA	30,1	-1,7	0,4	107,3	92,2	3668,9	3060,0	88,1	90,5	1,3	-3,8	18,60	15,00
ÁFRICA DO SUL	58,6	0,8	1,2	368,1	371,3	6377,3	6331,5	56,7	57,8	-3,4	-3,4	4,92	5,30
CONGO	4,6	0,8	5,4	11,2	11,2	2510,6	2443,7	98,5	90,2	5,5	4,7	0,90	2,03
REP. DEM. CONGO	97,9	3,9	4,3	42,6	48,5	448,7	495,1	15,7	14,0	-0,5	-1,8	7,20	7,10
GANA	30,2	5,6	8,8	65,2	68,3	2205,8	2262,6	59,6	62,0	-3,2	-3,0	9,43	8,71
MAURÍCIA	1,3	3,8	3,9	14,3	14,8	11280,7	11693,6	65,2	67,5	-6,2	-7,4	1,76	4,10
MOÇAMBIQUE	31,2	3,3	4,0	14,4	15,4	475,6	493,4	100,4	124,5	-34,4	-51,1	3,52	5,50
NAMÍBIA	2,5	-0,1	1,4	13,8	14,0	5726,7	5675,1	47,1	51,6	-4,3	-3,9	5,15	5,20
NIGÉRIA	199,2	1,9	2,1	397,3	444,9	2049,1	2233,4	28,4	30,1	2,1	-0,4	11,44	12,06
TANZÂNIA	50,0	6,6	4,0	57,9	61,0	1133,5	1172,2	38,2	39,3	-3,8	-5,4	3,25	4,09
QUÊNIA	49,4	6,0	5,8	89,2	99,2	1857,2	2010,5	57,2	55,5	-5,4	-5,0	5,71	4,68
ZÂMBIA	18,3	3,5	3,1	25,2	24,6	1416,7	1343,6	72,4	80,5	-5,0	-2,9	8,00	13,50
ZIMBABWE	15,7	3,4	-5,2	26,1	22,3	1711,8	1423,5	29,8	21,0	-4,0	-3,0	42,07	40,12

Fonte: FMI



15. Anexos

Anexo 7 – Política Monetária

Taxas de Juro	2013	2015	2016	2017		2018				2019
				III Trim.	IV Trim.	I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.	I Trim.
Principais Taxas de Juro de Referência										
Taxa Básica BNA	9,75	11	16	16	18	18	18	16,5	16,5	15,75
Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez O/N	10,25	13	20	20	20	20	18	16,5	16,5	15,75
Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez O/N	0,75	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez 7 dias	-	-	-	2,75	0	0	0	0	0	0
Outras Taxas de Referência										
OMA 7 dias	-	-	-	-	-	7,5	5	1,25	1,25	1,25
OMA 14 dias	-	-	-	9	9	9,75	9,75	9,75	4,00	4,00
OMA 28 dias	3	7,5	11	11	10,8	16,7	8,5	2,0	8,8	8,0
OMA 63 dias	-	10	13	13	13	18	10	10	13	10
Redesconto	15	15	20	20	20	20	18	18	20	20
Coefficiente das Reservas Obrigatórias										
<i>Em moeda nacional</i>	15	25	30	30	21	21	19	17	17	17
<i>Em moeda estrangeira</i>	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15

Fonte: BNA



Outras Publicações

NEWSLETTER
DAILY

NEWSLETTER
OIL & GAS

NEWSLETTER
PRIVATE

NEWSLETTER
WEEKLY

NEWSLETTER
CORPORATE

Reporte
**ANGOLA
30 DIAS**

Para ter acesso às Outras Publicações visite:

www.atlantico.ao/pt/institucional/research/pages/home.aspx



Contactos

FALE COM A NOSSA EQUIPA

Jânio Ambrósio
Coordenador de Research
janio.ambrosio@atlantico.ao

Analistas por ordem alfabética:

Anta Bandola
Research Analyst
anta.bandola@atlantico.ao

Joyce Domingos
Research Analyst
joyce.muturi.domingos@atlantico.ao

Wilson Chimoco
Research Analyst
Wilson.silas.chimoco@atlantico.ao

RESEARCH ATLANTICO

E-mail: research@atlantico.ao | Tel: 226 432 445 | 923 169 045

DISCLAIMER:

Este documento foi criado com informações de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. O conteúdo deste documento não representa recomendação para investir, alienar ou manter investimento em qualquer acção descrita ou qualquer outra e não pode ser considerada uma oferta, convite ou solicitação para comprar ou vender activos acima mencionados. Este documento não deve ser usado para avaliar os activos descritos e o ATLANTICO não pode ser responsabilizado por qualquer perda directa ou potencial resultante da utilização deste conteúdo. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do ATLANTICO nos mercados referidos. A reprodução, total ou parcial, desta publicação é permitida, desde que a fonte esteja claramente identificada.

This document was created with information from sources considered to be reliable, but its accuracy may not be completely guaranteed. The content of this document does not represent a recommendation to invest, divest or hold investment in any asset herewith described or any other asset, and it may not be considered an offer, invitation or solicitation to purchase or sell the assets mentioned above. This document should not be used to evaluate the assets herewith described and ATLANTICO cannot be held responsible for any loss, direct or potential, resulting from its use or contents. The recommendations are for internal use only and may be changed without prior notice. The opinions expressed are the sole responsibility of the authors, reflecting only their views and may not coincide with the position of ATLANTICO in the referred markets. ATLANTICO, or its employees, may hold positions in any asset mentioned in this publication. The reproduction, total or partial, of this publication is allowed, as long as the source is clearly identified.

